

## **GÊNERO: COMPLETANDO UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO MST**

Ohana de Alencar Pagéu; Natália Lídia Garcia de Carvalho; José Levi Furtado Sampaio

*Universidade Federal do Ceará, ohana\_flor@hotmail.com; Universidade Federal do Ceará, n,lidiagc@gmail.com  
;Universidade Federal do Ceará, leviufc@gmail.com*

**Resumo do artigo:** O presente artigo tem como objetivo fazer um debate bibliográfico das relações estabelecidas entre gênero, espaço no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Para tanto trabalharemos com algumas compilações de referências bibliográficas, expondo diálogos da geografia e seus conceitos fundamentais de Espaço e Lugar e a importância do entendimento das relações de gênero, para a construção espacial, e o entendimento de sua dinâmica. As análises se darão sobre o espaço agrário, entendendo suas contradições e nos apoderando centralmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra pontuando os sujeitos sociais femininos. Buscando desnaturalizar a função social exercida pela mulher (esfera privada “do lar”), evidenciando o patriarcado com uma das estruturas que fomenta a desigualdade de classe e reafirmar essa temática como eixo de importante análise geográfica do espaço agrário.

Palavras-Chaves: Espaço, Gênero e MST;

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo propõe trabalhar a problemática de desigualdade e diferenciações entre os sexos, consoante a estrutura agrária excludente, no contexto do movimento social rural, a partir de um debate bibliográfico estabelecido entre gênero, espaço agrário e lugar.

Pois bem, o caminho de uma pesquisa traz diversos fatos que nos despertam para alguns assuntos. Esta pesquisa é resultado de dois momentos importantes no caminho da graduação. O primeiro se deu quando me inseri em diversos movimentos, dentre eles o de mulheres, que me despertou para esses sujeitos sociais e como se inserem na sociedade de classes. Trazendo para uma linguagem geográfica, que lugares esses sujeitos se inserem na produção e reprodução da atual sociedade? O segundo momento importante foi, dentre o arsenal de possibilidades de análise geográfica, identificar-me com a geografia agrária. A partir daí, unir essas duas inquietação deu-se quando em um trabalho de campo pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Agrária (GEA), do qual fazia parte, escutei muitas histórias reafirmando a importância do Assentamento 10 de Abril do MST e sempre citando, como figuras centrais, mulheres.

Neste sentido, alguns membros do grupo estavam desenvolvendo pesquisas no âmbito da educação contextualizada no assentamento. Com isso, cheguei a participar de algumas entrevistas e pude perceber o quanto as mulheres tinham uma prática política atuante na construção daquele

espaço, na organização da associação, das ocupações e diálogos com o Estado, para garantir o acesso básico à “construção de casas, barreiros, escolas e demais obras necessárias à vida cotidiana” (PIANCÓ, 1993, p. 27) desde o período da compra das Fazendas Carnaúbas Gerais (1º momento) e Gerais (2º momento). Efetivada no ano de 1992, no governo de Ciro Ferreira Gomes.

Desde então diversos questionamentos se deram. Quem eram essas mulheres? Como elas se inseriram centralmente nesta luta por reforma agrária? Qual o foi o papel delas? Como as mulheres se inserem no movimento social rural? Porém, a problematização se dá nesta pesquisa, da qual creio que vem a complementar a análise geográfica do espaço agrário, trazendo como plano de fundo a discussão de gênero nos movimento social rural, sendo este o MST, entendendo que “a produção do espaço pode se referir tanto à sua (re)produção, nos marcos do modelo local hegemônico, capitalista e heterônomo, quanto à emergência de novas significações, novas formas e novas práticas” (SOUZA, 2013, p. 42)

Essa afirmativa que SOUZA (2013) faz nos traz reflexões acerca de possibilidade novas relações espaciais, no âmbito da construção de um novo modelo de organização do campo brasileiro, proposta pelo movimento social, atrelado à construção de novos sujeitos sociais femininos.

As análises sobre produção e reprodução do espaço, traz como base a necessidade de entender a formação econômica e social, assim como aponta SANTOS (2005, p. 25) “é preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras e no interior da FES<sup>1</sup>, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim, como o todo reproduzido numa de suas frações”. Essa totalidade que é reproduzida nas especificidades, se dá pela produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005), da qual Milton Santos (2005, p. 32) reafirma,

quando se fala em modo de produção não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como dado político ou ideológico. Todos eles possuem uma influencia determinantes nas localizações e tornam assim um fator de produção, uma força produtiva, como os mesmos direitos que qualquer outro fator

Pois bem, este artigo teve como fonte inspiradora o Assentamento 10 de Abril, porém, as análises aqui expostas se darão no marco da discussão bibliografia de alguns conceitos e o movimento social rural, no caso o MST. Com isso a geografia, nas suas inúmeras possibilidades de análises, porém como um saber socialmente construído, carrega consigo grande parte das ideologias que compõe as relações sociais, do atual modelo.

---

<sup>1</sup> Formação Econômica e Social, discutida em Marx.

Entende-se que o saber científico não é “neutro” como bem afirmou Lacoste (1929)<sup>2</sup> sobre a quem serve a geografia.

Busco contribuir para uma geografia socialmente comprometida, para que os sujeitos sociais (mulheres) invisibilizadas na sociedade não passem despercebidos na pesquisa, embora desempenhe um papel importante na produção da riqueza e, por conseguinte, do espaço. “Por isso mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’, geralmente identificada com ‘objetividade’” (Neto apud Löwy, 1975, p. 11 a 36).

Fortalecer a perspectiva de desconstruir a neutralidade científica, pois não se pode colocar um sinal de igual, entre dois sujeitos sociais, que não ocupam lugares iguais na sociedade. Pontuando mais um fator de desigualdade e de uma ciência sem neutralidade.

## **METODOLOGIA**

Partindo das explanações da realidade das grandes desigualdades no âmbito rural, a luta pelo acesso à terra se torna foco central na luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), observando o Assentamento 10 de Abril uma caracterização de tal, composta em parte pelas mulheres, que se inserem na luta do movimento. Trazem consigo, portanto, uma duplicidade na luta. A luta por seu espaço enquanto sujeito social, na qual é vítima de uma ideologia política discriminatória, nesse caso o patriarcado, confluindo com a luta de classes, no caso pela divisão (acesso) das terras, diante da estrutura latifundiária excludente.

Este artigo busca compreender, a partir da realidade do Assentamento 10 de Abril, quais são as abordagens da ciência geográfica dos objetivos expostos, sobre práticas de construção política dos sujeitos sociais femininos, papel e atuação das mulheres no MST, tendo em vista a análise destas interrelações. A partir de um levantamento bibliográfico que dê aporte ao conceito de espaço e gênero na Geografia e analisando documentos históricos do MST.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O processo de reflexão teórica dos conceitos fundamentais de uma ciência, para a pesquisa que se inicia é um momento de grandes dúvidas e insegurança. Entender o caminho da pesquisa é entender o caminho do pensamento, de onde ele parte? De uma realidade objetiva ou das ideias subjetivas que temos sobre a realidade?

---

<sup>2</sup> A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra .

Pois bem, esses questionamentos resvalam na escolha do método de pesquisa, o materialismo histórico dialético, que nos traz a base filosófica, de entender a relação homem-homem e homem-natureza. Na perspectiva de “apoderar-se” do objeto de pesquisa, de entender os processos dinâmicos daquela realidade, daquele recorte espacial. Segundo José Paulo Netto, em seus estudos sobre o método de Marx, (2011, p. 25):

precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar uma máximo de conhecimentos, critica-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação

Estas proposições se baseiam na tentativa de construir uma pesquisa geográfica, que transponha os muros do descritivismo, buscando compreender as bases das relações do objeto a ser estudado e para além, possa traçar caminhos coletivos de superação de problema sociais.

Para isso, faz-se necessário alguns recortes conceituais para se aprofundar e dar continuidade há uma pesquisa, iniciaremos num dialogo a base conceitual utilizada pela ciência geográfica e posteriormente trabalharemos com a categoria de gênero, na busca de especializar o debate de gênero..

Partindo da análise do espaço e suas interrelações, da qual se baseiam todas as estruturas de relacionamento humanos e naturais.

“O espaço é uma produto da história. Um ato de sujeitos. Sua matéria prima é a relação homem-meio” esta afirmativa feita por Ruy Moreira (2012), nas suas reflexões epistêmicas, sobre este conceito-chave da geografia, elucida a perspectiva metódica adotada por esta pesquisa.

Como foi afirmado o espaço é um produto da historia, entende-se aqui que os sujeitos sociais (sujeitos políticos) pautados numa teia de relações (gênero, raça e classe), possuem “um arranjo das localizações e distribuições que a sociedade cria para organizar territorialmente o modo estrutural de arrumar-se as suas relações (Moreira apud Moreira, 1982).

Os aspectos imateriais (políticos e ideológicos) vêm a determinar as localizações das dinâmicas produtivas e reprodutivas. Entender as relações materiais do espaço agrário perpassa por entender suas relações produtivas estritamente econômicas, este tipo de compreensão não trás a pluralidade da dinâmica das relações sociais e seus determinantes.

Se tomarmos o objeto desta pesquisa, o Assentamento 10 de Abril vai além de um recorte territorial, adquirida a partir de uma ocupação, e comprada pelo Estado, colocando a possibilidade de produzir (agricultura e pecuária), como trabalha Bernardo Mançano, o território como trunfo.



O assentamento representa o lugar do assentado, onde ele vive o dia-a-dia, tem o seu modo de vida, como o vai e vêm da labuta nos roçados, o cuidado com os animais, o pegar água no açude, o forró, a vaquejada, o banho de acude, a conversa ‘fiada’ do compadre e comadre à ‘a boquinha da noite’, enfim o assentado apropria-se do assentamento e este vai ganhando significado pelo seu uso (ALENCAR, 2000, pag. 51)

Nesse sentido as análises de gênero na ciência geográfica não pode se ater apenas quando a temática for central, tão pouco uma comparação papéis entre homens e mulheres, entender que dentre as relações de poder, a de gênero se configura em todos os lugares, em todos os espaços, e não pontuar o peso da participação (ou não) das mulheres nas escalas produtivas e de decisões, nas relações cotidianas, pode discorrer num erro de excluir uma parcela dos sujeitos construtores daquele espaço e/ou invisibilizar lugares, sendo assim a análise espacial, poderá está no mínimo incompleta.

Para isso, entender a localização dos sujeitos sociais de acordo com suas atuações, que se manifestam desiguais e excludentes para as mulheres. Como o patriarcado organiza a partir de uma ideologia uma fração da classe, que se insere na produção e reprodução daquele espaço?

### **Espaço Agrário e Gênero: Caminhos e Descaminhos do MST**

A literatura produzida por as ciências sociais, em especial a geografia, sobre a questão agrária brasileira, nos traz contribuições de máxima importância para entendermos os processos formadores do campo, suas relações de trabalho, sua estrutura, relações culturais, tudo que abarca o meio rural e sua complexidade.

Nesse sentido esta pesquisa se deterá a uma periodicidade, a partir, dos anos 1990, que possui como um marco, todo um período de modernização técnica do campo (mecanização), atendendo ao mercado internacional, agroindustrial, (resguardado as desigualdades regionais de produção no país), fervor da luta de classes, por reforma agrária e reconstrução de diversos movimentos e organizações, no pós ditadura militar. Segundo Oliveira (2007), “este processo de desenvolvimento se deu de maneira desigual e combinada, não apenas retirando a terra do camponês, num processo de proletarianização em alguns setores (cana-de açúcar, laranja, soja, etc), mas ao mesmo tempo incorpora a dinâmica do capital o camponês que ainda possui sua terra de trabalho”.

Dentre as possibilidades de estudos, uma obteve grande destaque nesse período, as produções que debateram o movimento social rural. O marco temporal importante é a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, “que se estabeleceu como entidade

autônoma em 1985, mas que teve origem do mesmo processo de politização de bases da qual nasceu o braço rural da CUT” (GERMER, 2002, p. 276).

Os estudos sobre o MST trouxe grandes avanços do entendimento sobre a realidade desigual do campo brasileiro, e nesse percurso, nos deparamos com diversos processos que modificaram a realidade brasileira, dentre eles a divisão espacial do trabalho. Esta divisão encaixa-se segundo Germer (2002) “na constituição de uma classe extremamente heterogênea entre proletariados e semi-proletariados (agricultores autônomos com relações pré-capitalistas)<sup>3</sup>

O MST tem em sua base social predominantemente no semi-proletariado agrário, isto é entre os pequenos agricultores semi-autônomos (aqui também denominados semi-assalariados), cuja área total é menor que 20 hectares e que ou não tem terra própria ou não tem sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. Este é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura de contestação ao sistema estabelecido. (GERMER, 2002, p. 276)

Esse processo que se deu de organização do MST, não é um fato isolado do campo, durante todo esse período, se teve uma grande efervescência de movimentos sociais, diante da situação de resistência após o período da ditadura militar.

Com isso, um fator importante que deve se colocar sobre a organização dos trabalhadores do campo, são as instituições que tiveram e tem um papel importante na construção dos espaços de luta, frente a toda realidade anteriormente citada, um setor da igreja como as CEBs, foi uma ferramenta importantíssima para luta específica pela reforma agrária, a partir de uma reivindicações de um Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. “As CEBs tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização a cerca da realidade dos participantes”(FERNANDES, 1999, p. 72).

Essa proximidade com a igreja leva ao movimento um envolvimento religioso muito forte de principio, vale salientar que este braço da igreja católica que auxiliava na organização dos trabalhadores, se colocava frente uma contradição interna, visto que a Igreja Católica foi um dos grandes apoiadores do golpe militar.

---

<sup>3</sup> O autor Claus Germer traz uma caracterização sobre a fração de classe, que esclarece a formações sociais que compõem as bases políticas que compõe o movimento explicando assim, o que é o semi-proletariado rural “na realidade de produtores semi-autônomos, pois a precariedade da terra e demais recursos produtivos que eventualmente possui, os obriga a recorrer ao trabalho assalariado, fora do seu pequeno estabelecimento, a fim de complementar a manutenção familiar. Assim mais da metade deles não é proprietária da terra que trabalha submetendo-se ao pagamento da renda da terra em diversas formas, renda esta que se caracteriza, não num aluguel ou renda capitalista, mas um excedente do produto do trabalhador, que ele transfere ao proprietário da terra” (2002, p. 271)

Outra instituição que veio a ter grande peso sobre esses trabalhadores foi a CUT, a partir dos Sindicatos rurais, e o Partido dos Trabalhadores, que nesse caso, era uma organização que estava presente na construção da maior parte desses espaços de luta anteriormente citados (CUT, Igreja católica, lutas populares).

A constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que se estabeleceu como entidade autônoma em 1985, mas que teve origem do mesmo processo de politização de bases da qual nasceu o braço rural da CUT. (GERMER, 2002, p. 276), ocorre da necessidade dos sujeitos políticos tomarem para si a causa da reforma agrária, como pauta principal.

Ao analisarmos esse processo de formação da base político-ideológico e cultural do MST, notamos certa pluralidade de pensamentos. Todas essas relações formam valores. Todo esse processo é vivido por sujeitos, porém suas experiências se diferem.

Entender a composição social dos sujeitos que formam o movimento se faz necessário, para se conhecer quais os tipos de relações de exploração que este possui de experiência. Não podemos equiparar a experiência de um trabalhador rural que possui uma pequena quantidade terra, com aquele que possui apenas sua mão-de-obra para vender. Não se pode homogeneizar, num discurso em que todos são explorados pelo capital. Pois estas duas frações possuem necessidade distintas, na esfera economicista, porém na esfera política, há uma convergência de pautas, enquanto classe.

A partir de uma série de experiências de ocupações de terra, de lutas cotidianas, em diversas localidades no Brasil, ao mesmo tempo, se gera a necessidade de articular esses movimentos e experiências, organiza-se em 1985 o 1º Encontro Nacional que vem a ser fundado o MST. Segundo FERNADES (1999, pag. 79) os objetivos gerais foram elaborados, sendo eles:

1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados ;
3. Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
4. Organizar os trabalhadores rurais na base;
5. Estimular a participação dos trabalhadores no sindicato e no partido político;
6. Dedicar-se a formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina;

Esta pauta de objetivos elas são resultados de uma série de análises da realidade material e das necessidades da classe. Ao analisarmos a pauta coloca as questões no âmbito político/econômico, de maneira a tratar o movimento como força social e sujeitos sociais históricos.

Em 1995, 10 anos após o primeiro encontro nacional de fundação do MST, temos o 3º Encontro nacional do MST, este traz uma nova elaboração quanto a seus objetivos gerais. Segundo FERNANDES (1999, p. 81):

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
2. A terra é um bem de todos. E deve esta a serviço de toda sociedade;
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terra, da renda e de riquezas;
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos sociais e culturais;
5. Difundir valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher<sup>4</sup>;

Notamos que em 10 anos, modificaram-se e acrescentaram-se objetivos. Essas mudanças partem do amadurecimento do movimento e de novas pautas que surgiram, entendo que o movimento é extremamente heterogêneo, como classe.

Nesse sentido o que fez pauta de igualdade de mulheres entrarem como objetivo geral nessa organização? Cabe aqui uma análise mais aprofundada deste contexto e sua necessidade e para além, quais as praticas sociais quanto classe para atingir esses objetivos.

É de se notar que nos movimentos e organizações históricos, do campesinato brasileiro, tiveram mulheres presentes. É inegável o papel histórico de Elizabeth Teixeira, nas Ligas Camponesas, Margarida Alves, no Sindicato de Alagoa Grande, ambas no estado da Paraíba.

O surgimento de uma pauta de mulheres, não é duvidar de sua participação, mas está em se reconhecer a sua situação diferenciada enquanto mulheres e trabalhadoras, que a partir de uma sociedade patriarcal, não lhes oferece direito igualitários em relação aos homens. Uma sociedade que não reconhece ela como trabalhadora.

---

<sup>4</sup> MST. Cadernos de Formação nº 23. São Paulo, MST, 1995<sup>a</sup>.



Paralelo este processo temos o avanço das organizações feministas, que sobre influência de pautas democráticas e do avanço da discussão sobre desigualdade gênero, se colocaram, como atores desse processo.

A organização do feminismo no Brasil se dá desde o início do século XX, com variações quanto as organização, pautas e a política dentro dos movimentos, partidos e sindicatos, no que algumas estudiosas do assunto colocam como três vertentes do feminismo, a partir de suas fundamentações políticas e de sua composição de classe<sup>5</sup>

Dessa mesma maneira situamos a discussão no ponto central que essa pesquisa se propõe. Como a mulher trabalhadora rural se localiza nessa dinâmica? Pois bem, aqui se inicia a discussão na geografia sobre a produção espacial no movimento social, a partir da relação entre os sujeitos e as práticas sociais.

Dentro dessas frações de classe que foram expostas anteriormente, há uma experiência igual da exploração e da organização dos mesmos, entre homens e mulheres? Segundo GARCIA (2004, p. 35):

O gênero condiciona a maneira como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados. Neste sentido, um dos elementos fundamentais das relações de gênero é a maneira como se concretizam as relações de poder numa determinada formação social através da opressão (exploração, discriminação, marginalização, violência) e do privilégio (o poder sobre os outros)

A partir dessa interrelações insere-se o gênero, como categoria analítica do movimento social rural, do qual é uma fração dentro do antagonismo de classes.

Sendo assim, a análise do gênero traz parte das relações sociais que colocam diferenças e desigualdades entre homens e mulheres mediados por uma relação de poder, em que o homem (quanto construção social do sexo masculino), está como dominador em diversas esferas em relação à mulher, a partir de uma estrutura social, pautada no patriarcado, que determina socialmente os lugares das mulheres e os lugares dos homens.

---

<sup>5</sup> “A primeira, considerada a mais forte e organizada [...] foi composta por mulheres cultas e da elite brasileira, [...]. Com uma forte perspectiva liberal essa tendência não associava, tampouco confrontava, a desigualdade da mulher em relação aos privilégios dos homens. [...]“A segunda vertente foi denominada ‘feminismo difuso’, expressa nas variadas manifestações da imprensa feminista alternativa. Composta por mulheres cultas ‘com vidas públicas excepcionais’ [...] Defendiam o direito à educação e questionavam a dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres ausentes do mundo público. [...]A terceira vertente se manifestou no movimento anarquista e, em seguida, no Partido Comunista, Composto por mulheres intelectuais e trabalhadoras, militantes de esquerda que defendiam a libertação da mulher de forma radical [...] tendo como central, na maioria das vezes, a exploração do trabalho” (CISNE, 2014, pag. 132 – 134)

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos políticos e ideológicos, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50)

Esta afirmativa anterior localiza um ponto muito importante na discussão de gênero, o caráter de classe, das opressões. Digo, o machismo se manifesta numa dupla face, na esfera do lugar (na escala do local), e no espaço (na escala da totalidade da estrutura), ou seja, na esfera da organização do assentamento entre os sujeitos, homens e mulheres, no âmbito interno e na esfera da estrutura, em se contrapor a ordem espacial homogênea, do capital.

## CONCLUSÕES

Ao entendermos o Movimento Social e seus sujeitos políticos homens e mulheres, como meio de organização e modificação de uma estrutura, recai sobre este a árdua tarefa de se reconstruir nas suas relações coletivas, dentre elas o patriarcado.

Nos seus processos de organização, trabalho de base, formação, ocupação, desconstruir ideologias que dão base a sociedade de classe fortalece a perspectiva de desconstruir as desigualdades de classe. Nesse sentido se entender as bases da desigualdade de gênero e de como ela se materializa na exploração de um setor da classe sobre outro, só vem a fortalecer a perspectiva de reconstrução de relações sociais e desnudar a dinâmica da realidade que coloca as relações de gênero/patriarcado, como pauta específica, apesar estarmos em todos os espaços e construir lugares que tomam afeições de um gênero e que politicamente possui suas características próprias e suas demandas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos Íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza, EUFC, 2000.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra: formação e territorialização**. São Paulo, 2 ed. HUCITEC, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra: formação e territorialização**. São Paulo, 2 ed. HUCITEC, 1999 Apud MST. **Cadernos de Formação nº 23**. São Paulo, MST, 1995<sup>a</sup>.

- GARCIA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero. Os lugares da diferença no pontal de Paranapanema** - tese de doutoramento. Presidente Prudente, 2004.
- GERMER, Claus. STEDILE, Pedro. Org. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre. Ed. Universidade UFRGS, 2002.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo, Edições Loyola, 2015
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**, São Paulo, Annablume, 2005.
- LOWY, Michel. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. Apud NETTO. José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. **O capital. Crítica a Economia política**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1974.
- MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica**. São Paulo, Contexto, 2012
- NETTO. José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo, Labur Edições, 2007.
- PIANCÓ, Ana R. D. **Ocupação da Fazenda Caldeirão/Assentamento 10 de Abril**. Fortaleza. UECE, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo, Moderna, 1987.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo. Edusp, 2005.
- SOUZA, Marcelo. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013
- TOLEDO, Cecilia. Org. **A mulher e a luta pelo socialismo – Clássicos do marxismo**. São Paulo. Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

